POLÍTICAS PARA APLS: A EXPERIÊNCIA DO BNDES

Helena Maria Martins Lastres[1]
Cristina Lemos[2]
Walsey Magalhães[3]
Marcelo Machado da Silva[4]
Maria Lúcia Falcón[5]
José Eduardo Pessoa[6]

1 INTRODUÇÃO

Um dos elementos mais marcantes das duas primeiras décadas do terceiro milênio motivou a elaboração deste artigo: a busca por uma nova geração de políticas para o desenvolvimento produtivo e inovativo, capaz de garantir a inclusão, a equidade e a sustentabilidade. As formas encontradas e postas em prática no Brasil e no mundo geraram uma riqueza enorme de experiências. A análise das políticas implementadas contribui para um aprendizado de alta relevância para a definição de políticas para o desenvolvimento sustentável e com maior capacidade de reconhecer e acolher as demandas das regiões menos desenvolvidas, com suas diversidades e especificidades, de forma a efetivamente reduzir desigualdades. Este é o objetivo central do artigo: identificar o que aprendemos no Brasil, avaliar a experiência específica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dar sugestões para o aperfeiçoamento das políticas praticadas.

2 APLS: EXPERIÊNCIAS E POLÍTICAS DESENVOLVIDAS NO BRASIL

Três fundamentos principais e interligados orientaram o desenvolvimento do conceito de sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais no Brasil. O primeiro refere-se ao reconhecimento que a capacidade produtiva e inovativa de um país ou região – vista como resultado das relações entre atores econômicos, políticos e sociais – reflete condições

1. Assessora da Presidência e chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local (SAR) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
2. Assessora da Presidência e da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local (SAR) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
3. Assessor da Presidência e da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local (SAR) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
4. Assessor da Presidência e da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local (SAR) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
5. Assessora da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
6. Engenheiro da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local (SAR) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

culturais e históricas próprias (Furtado, 1957 e 1961). Diferentes contextos, sistemas cognitivos e regulatórios e modos de articulação e de aprendizado levam a formas diferentes de gerar, assimilar, usar e acumular conhecimentos e a requerimentos específicos de políticas. Daí a ênfase na importância de entender o contexto mais amplo em que se realizam as capacitações produtivas e inovativas e de contextualizar as políticas.

Aponta-se que contextualizar implica, também, em entender e atuar sobre: a forma de inserção do país no cenário geopolítico mundial; as especificidades do quadro macroeconômico e político nacional; e os demais fatores que condicionam o desenvolvimento. De fato, os quadros macroeconômicos dos países menos desenvolvidos nos anos 1980 e 1990 representaram importantes políticas implícitas e regimes malignos que contribuíram para desafiar, e até mesmo anular, estratégias e políticas públicas e privadas (Herrera, 1971; Erber, 2004 e 2011; Coutinho, 2005).

O segundo fundamento refere-se ao reconhecimento que as atividades produtivas e inovativas, por serem distintas temporal e espacialmente, apresentam particularidades e diferentes requerimentos de políticas. De fato, dentro de um mesmo setor podem ser encontradas dinâmicas muito diversificadas. O conhecimento sobre trajetórias setoriais é muito relevante, mas para ser completo não pode desconsiderar o entendimento sobre a forma como as organizações se inserem e se articulam com seus sistemas produtivos e os territórios que as hospedam. Assim, não existe antagonismo entre a visão setorial e a territorial do desenvolvimento produtivo; ao contrário, ambas são complementares.

Já o terceiro fundamento reforça o entendimento de que a base do dinamismo e da produtividade não se restringe a uma única organização ou setor. Associa-se a atividades e capacidades existentes ao longo da cadeia de produção e comercialização e envolve uma série de outras atividades e organizações responsáveis pela assimilação, pelo uso e pela disseminação de conhecimentos e capacitações produtivas e inovativas. Parcelas importantes destas capacitações são tácitas e emanam de processo de aprendizado, fazendo, produzindo, usando e interagindo com diferentes atores. Daí o reconhecimento que a dinâmica inovativa depende das organizações e de suas cadeias e complexos produtivos, dos demais atores não econômicos, que compõem os diferentes sistemas e arranjos produtivos e dos ambientes nos quais se inserem (Freeman, 1982 e 1987; Lundvall, 1985).

Trata-se, portanto, de nova forma de olhar, pensar e fazer política, que abrange atividades produtivas e inovativas e atores de diferentes portes e funções, originários dos setores primário, secundário e terciário, com distintas dinâmicas e trajetórias, desde as mais intensivas em conhecimentos até as que utilizam conhecimentos endógenos ou tradicionais, e que operam local, nacional ou internacionalmente. No que diz respeito às implicações para políticas, nota-se que a ênfase central passa a ser o estímulo às articulações entre atores dos diferentes sistemas de produção e inovação e à capacidade de assimilar e utilizar conhecimentos provenientes das diversas fontes internas e externas aos mesmos. É preciso construir canais de diálogo e práticas novas, capazes de elevar a confiança entre os diversos atores públicos e privados, com a finalidade de aumentar as oportunidades de cooperação entre eles.

Conforme apontado em contribuições anteriores,[7] a partir de seu desenvolvimento, no final dos anos 1990, pela REDESIST,[8] a abordagem de arranjos produtivos locais (APLs)

7. Ver, entre outros: Cassiolato e Lastres, 1999; Lemos *et al.*, 2006; Lastres *et al.*, 2010; Garcez *et al.*, 2010.

8. Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Para mais informações, ver www.redesist.ie.ufrj.br.

teve difusão extremamente rápida no país, substituindo termos afins na grande maioria das agendas de políticas. Desde então, os esforços realizados para o seu entendimento e promoção foram pioneiros e importantes, tendo ocorrido neste período um intenso processo de experimentação, aprendizado e incorporação de conhecimentos.

A inclusão de APLs como prioridade do governo federal formalizou-se nos seus Planos Plurianuais (PPA), desde 2000; no Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCT&I), 2007-2010; na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), 2008-2013; no Programa Brasil Maior (PBM), 2013-2015, entre outros. Destacam-se as ações pioneiras desenvolvidas pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), assim como a criação de uma instância de coordenação das ações de apoio a APLs no país, o Grupo de Trabalho Permanente em APLs (GTP APL), responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Estes esforços contribuíram para a adesão ao termo para além da esfera pública federal, estimulando a criação de núcleos estaduais gestores das ações de APLs em cada um dos estados da Federação, além de iniciativas privadas. Como consequência, há quase duas décadas, diversas ações de apoio a atividades produtivas com foco no território passaram a se orientar a partir da noção de APLs. Em todo o país, iniciativas do governo federal, dos estados e municípios, além de esforços privados, pautam-se na abordagem de arranjos produtivos, salientando-se até mesmo a atuação dos bancos, públicos e privados, os quais reconhecem a importância de disponibilizar o crédito a APLs.

3 A ATUAÇÃO E A EXPERIÊNCIA DO BNDES

Um dos eixos de orientação da política do BNDES é a redução dos desequilíbrios e a promoção do desenvolvimento socioeconômico regional com perspectiva integrada, dinâmica e sustentável. Um conjunto de ações foi desenhado para atenuar os desequilíbrios inter e intrarregionais, objetivando intensificar a ação nos estados e regiões que vêm recebendo menos apoio; desconcentrar os investimentos dentro de cada estado; alcançar áreas e atores geralmente não contemplados na agenda do BNDES; e atuar, de forma coordenada e orgânica, na promoção de atividades produtivas e inovativas. Parcerias e ações complementares estão sendo estabelecidas para ampliar as oportunidades e as possibilidades de apoio a iniciativas de desenvolvimento local e sustentável. Além de outros órgãos do governo federal, destacam-se, também, aquelas com governos estaduais e municipais, bancos de desenvolvimento e agências de fomento.

O foco em APLs constitui um meio de potencializar tais ações. Por meio desta abordagem, observa-se que interações e cooperações entre atores de um ou mais arranjos são elementos que contribuem para robustecer sua capacidade competitiva e sustentabilidade. Focalizar estas relações e criar mecanismos para promover a maior interação entre os atores de APLs, do micro ao grande empreendedor, priorizando a aquisição, a criação e o uso de conhecimentos, é fundamental para ações de promoção do desenvolvimento.

3.1 Os avanços nas políticas do BNDES

A criação de mecanismos capazes de acolher demandas das diferentes regiões, arranjos, empresas e demais atores fora do centro da atuação tradicional do BNDES sempre representou um desafio e é particularmente importante, tendo em vista o papel que este tem na implementação, articulação e sinalização de políticas para o desenvolvimento do país.

A partir de 2007, o BNDES reforçou sua orientação estratégica de garantir a coesão e a sustentabilidade de locais e regiões, planejando sua evolução de forma consonante com o desenvolvimento nacional de longo prazo e equilibrado econômica e socialmente. A proposta do presidente Luciano Coutinho de criação de um comitê para buscar e propor mecanismos de apoio a arranjos produtivos e a projetos voltados para o desenvolvimento regional visou, também, contribuir para a incorporação da visão transetorial e sistêmica, assim como para a promoção da articulação das atividades das diferentes unidades do banco. Em outubro de 2007 foi criado o Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA), do qual participam superintendentes de várias áreas do banco, para tratar dos temas transversais, prioritários no planejamento corporativo do BNDES.

A disseminação da visão transetorial, sistêmica e contextualizada – um dos principais objetivos da atuação do CAR-IMA – ocorre por meio do estímulo à sua incorporação pela estrutura operacional do BNDES e da discussão e formulação de novas políticas. Objetiva-se mobilizar a articulação das atividades e ações das distintas unidades do banco, assim como como operar de forma integrada e integradora para atender aos diferentes beneficiários. Além disso, expõe-se o segundo objetivo do CAR-IMA, o de trazer à tona a urgência da incorporação dos temas transversais em suas atuações e análises, a começar pelo reconhecimento do impacto regional e territorial da ação do BNDES. O papel do banco, como sinalizador das políticas, torna muito oportunos os esforços de dar visibilidade interna e externa ao desenvolvimento regional, assim como ao desenvolvimento socioambiental e inovativo.

A experiência do BNDES mostra a implementação de políticas que contribuem para ampliar as condições do desenvolvimento, melhorar a distribuição regional das atividades econômicas e mitigar outras desigualdades. Ponto fundamental para isso é a adoção de políticas condizentes com os principais desafios da sociedade brasileira. São necessários novos referenciais de política que, segundo Coutinho (2008), foquem a identificação e a promoção das potencialidades e das necessidades do desenvolvimento regional e local.

Um desafio associado refere-se ao objetivo de reforçar políticas que estimulem padrões de produção e inovação intensivos em conhecimento, nas diferentes regiões e atividades, envolvendo desde grandes e médias empresas até as micro e pequenas, as cooperativas e as associações de produtores. Ênfase é dada à dinamização das interações intra e entre empresas e outros atores para reforço dos processos de capacitação e desempenho produtivo e inovativo local e sub-regional, por meio de políticas voltadas para conjuntos de atores, suas articulações e seus territórios. Outros desafios envolvem os objetivos de mudar paradigmas operacionais estabelecidos, de desenvolver novas modalidades de financiamento e de articular e coordenar ações com parceiros, atuando tanto em nível nacional e regional, como estadual e municipal. Para orientar essa forma de atuação, o BNDES estabeleceu dois vetores principais de ação para o desenvolvimento: no entorno dos grandes projetos e nas regiões tradicionalmente menos atendidas pelo banco.

O apoio ao entorno de empreendimentos estruturantes, além de diminuir os impactos negativos comumente gerados por vultosos investimentos, visa fundamentalmente ampliar e enraizar o impulso dado ao desenvolvimento, mediante estímulo ao adensamento de APLs, à agregação de valor aos bens e serviços produzidos localmente e ao comprometimento das grandes e médias empresas com o desenvolvimento integrado local.

A atuação busca influir nos vários projetos de peso que estão sendo desenvolvidos no país em infraestrutura; energia; logística e insumos básicos siderúrgicos não ferrosos; celulose; e petroquímica, incluindo os grandes investimentos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com especial ênfase àqueles das regiões Nordeste e Norte.

Mobilização, planejamento e pactuação de objetivos e compromissos são premissas para a atuação do BNDES nos territórios do entorno. A proposta é que atores envolvidos planejem, antecipadamente, as ações necessárias às fases de implantação e operação e preparem mais adequadamente o território para a nova dinâmica socioeconômica. É importante, ainda, a participação de outros atores econômicos, políticos e sociais atuantes no território e que concorrem para sua configuração – agentes financeiros, instituições de ensino e pesquisa, organizações de apoio e promoção, trabalhadores, entidades de classe e outras organizações da sociedade civil. Objetiva-se formular uma agenda pactuada de desenvolvimento para o território que oriente investimentos necessários em: planejamento territorial e ambiental; infraestrutura urbana, social, ambiental e cultural; modernização da gestão pública; educação e capacitação, com o envolvimento dos sistemas de conhecimentos locais e regionais; e desenvolvimento econômico, com a mobilização de potenciais arranjos produtivos e inovativos.

Uma segunda estratégia, voltada para o desenvolvimento de áreas menos dinâmicas e pouco contempladas por financiamentos do BNDES, está consubstanciada na parceria com estados, por meio de uma linha de financiamento criada no fim de 2009. Sua principal vantagem é estimular a formulação de modelos alternativos de política capazes de aproveitar potencialidades e incluir atores, atividades e regiões em projetos de desenvolvimento coesos e sustentáveis. Objetiva-se intensificar a ação nos estados e nas áreas menos apoiadas pelo BNDES, a fim de reduzir desigualdades. Esse modelo visa promover o desenvolvimento integrado e de longo prazo nos territórios de cada estado, estimulando a participação da sociedade para a identificação de investimentos que incluam atores, fortaleçam vocações e enraízem, adensem e ampliem conhecimentos e capacitações. A linha prevê desde o financiamento ao planejamento territorial e socioambiental, a infraestrutura urbana, o saneamento, a logística, a saúde, a educação, a cultura e o fortalecimento institucional, até a capacitação produtiva e inovativa para empreendedores e APLs.

Uma iniciativa complementar à parceria com estados foi a utilização do Fundo Social (um fundo não reembolsável composto de parte dos lucros operacionais do BNDES) no apoio financeiro a empreendimentos produtivos e inovativos em regiões de baixa renda e menos alcançadas pelo poder público, também em parceria com os estados. O modelo propõe que a escolha de APLs a serem apoiados se dê por meio de seleção pública realizada pelo estado com o apoio de um comitê reunindo diferentes organismos. Objetiva-se complementar o apoio financeiro dos estados a empreendimentos solidários, contribuir para a redução de desigualdades e geração de trabalho e renda, além de desenvolver e adensar atividades produtivas e inovativas regionais.

Para além do apoio não reembolsável, orientado a um segmento específico de produtores, o BNDES tem avançado na construção de instrumentos que possibilitem o acesso ao crédito, em especial com o foco nas áreas menos contempladas pelo apoio do banco e no entorno dos projetos estruturantes. O desenho de um instrumento de financiamento a arranjos de empresas que ofereça crédito para investimentos coletivos ou projetos interdependentes torna-se oportuno, e contar com parceiros com capilaridade e conhecimentos

é importante para o sucesso da iniciativa, em especial cooperativas de crédito, bancos de desenvolvimento estaduais e agências de fomento.

Entre os objetivos visados nas parcerias, estão os de:

- ampliar, adensar e enraizar o desenvolvimento econômico e social, promovendo a capacitação, a competitividade e a sustentabilidade de APLs em consonância com as diretrizes e planos estratégicos brasileiros;
- estimular a interação e a cooperação entre os variados atores dos APLs e entre diferentes APLs;
- promover processos de aquisição e agregação de conhecimentos, qualidade e valor a produtos e processos de empresas e seus APLs;
- privilegiar áreas menos contempladas por políticas e o entorno dos projetos estruturantes.

Interação e cooperação são elementos que têm contribuição crucial para fortalecer a capacidade competitiva. É necessário ampliar os mecanismos que promovem interação entre os atores de um mesmo ou de vários APLs, do micro ao grande empreendedor, priorizando a aquisição, a criação e o uso de conhecimentos, para aperfeiçoar ações de promoção do desenvolvimento. Para a atuação com recursos reembolsáveis com parceiros, a atuação do BNDES se dá por meio de programas específicos, formatados em função dos objetivos, do escopo e do foco. A conjugação de recursos de diferentes fontes com os mecanismos de garantia torna mais atrativas as possibilidades de apoio a APLs, por meio de crédito em condições mais favoráveis.

A essas iniciativas, adicionam-se, ainda, os esforços relacionados ao desenho e à implementação de outras políticas para o desenvolvimento inovativo e produtivo, que visam incorporar a visão sistêmica e a preocupação com o desenvolvimento territorial. Entre as linhas e os programas de apoio à inovação, salienta-se o Plano Inova Empresa, lançado em 2012, cujo objetivo é fomentar projetos de apoio à inovação em áreas consideradas estratégicas pelo governo federal, como as de petróleo e gás, saúde, aerodefesa, agroindústria e energia. Deve ser registrada, também, a participação do BNDES em alguns fóruns de políticas de desenvolvimento produtivo que têm foco na regionalização da produção e em APLs, assim como reúnem diferentes ministérios e organismos públicos e privados, quais sejam: o já mencionado GTP APL, criado em 2004, coordenado pelo MDIC e com participação de 34 instituições; a Coordenação Sistêmica de Ações Especiais em Desenvolvimento Regional do PBM, a cargo do Ministério da Integração (MI); e o Comitê Gestor do projeto *Política para mobilização e desenvolvimento de APLs de petróleo, gás e naval*, também coordenado pelo MDIC.

Finalmente colocam-se os estudos e pesquisas, juntamente com os seminários e oficinas realizados e patrocinados pelo BNDES, visando avançar no planejamento e implementação de novas políticas e instrumentos de apoio a APLs. Destacam-se dois estudos em especial: o mapeamento e avaliação de políticas para APLs e a análise dos efeitos das políticas federais e do apoio aos grandes projetos na região Nordeste, em que as carências são ainda mais graves se forem observados os índices relativos de produção, população e renda. O próximo subitem focaliza o estudo *Mapeamento e análise das políticas para arranjos produtivos locais no Brasil*, contratado pelo BNDES com o objetivo de ampliar o processo de avaliação e reflexão sobre as possibilidades de refinamento das políticas para APLs adotadas no país.

3.2 O estudo de políticas de APLs patrocinado pelo BNDES

A pesquisa, contratada no primeiro semestre de 2009 e desenvolvida durante o ano de 2010, envolveu equipes de universidades de 22 estados da Federação, totalizando mais de duzentos pesquisadores especialistas no tema, trabalhando sob a coordenação de professores-doutores que fazem parte da REDESIST.[9] A análise realizada visou discutir as vantagens e os desafios do uso da abordagem de APLs na promoção do desenvolvimento produtivo, regional e territorial. Foram avaliadas as diferentes formas como o conceito tem sido entendido e utilizado por organismos e agências de promoção do desenvolvimento. Avançou-se na reflexão sobre o que foi apoiado como APL e o que não foi contemplado, mas poderia ter sido considerado como tal. Foram também elaboradas e analisadas as balanças comerciais dos estados brasileiros, fornecendo os fluxos comerciais entre estados e com o exterior, relacionando estes fluxos com os APLs identificados e apoiados em cada estado. Além disso, foram mapeados os APLs identificados e apoiados nos 22 estados, apontando-se outros casos que ficaram "invisíveis" e discutidas as vantagens e as limitações do mapeamento de APLs como instrumento para orientação de política.

Nos relatórios resultantes do estudo, assim como nos dois livros que resumem suas conclusões,[10] são apresentadas sugestões para aperfeiçoamento das ações praticadas e para proposição de formas mais avançadas de políticas capazes de mobilizar o desenvolvimento produtivo, inovativo e territorial, assim como contribuir para mitigar desequilíbrios. As análises realizadas inspiram o aprimoramento das políticas implementadas pelo BNDES e também por parceiros que apoiam APLs e o desenvolvimento local. Para cumprir este objetivo, os resultados estão disponibilizados na página do BNDES e da REDESIST,[11] com divulgação por meio de seminários, revistas e livros. Ressalta-se, em particular, a importância de envolver duas centenas de professores, doutorandos, mestrandos e graduandos neste esforço nacional de reflexão e avaliação sobre como têm sido desenhadas e implementadas as políticas de apoio ao desenvolvimento dos sistemas e arranjos produtivos e inovativos no Brasil.

Três principais conquistas e lições alcançadas na formulação e na execução de políticas destacam-se. Em primeiro lugar, a retomada das políticas de desenvolvimento, assim como da preocupação com as especificidades e dinâmicas territoriais e a consequente atenção às condições e necessidades específicas de cada contexto local. Este resgate mostrou-se ainda mais importante por marcar o fim de um período em que a história, a geografia, o desenvolvimento e as políticas propriamente ditas tinham sido marginalizados, senão totalmente excluídos, da agenda dos debates acadêmicos e políticos. Em segundo lugar, aponta-se para a inclusão na agenda de pesquisa, e principalmente de políticas, de atividades, regiões e atores geralmente não contemplados. De fato, a ênfase a APLs conferiu prioridade central aos conjuntos de micro e pequenas empresas e empreendedores em grande parte das novas políticas de desenvolvimento implementadas. Em terceiro lugar, registra-se a intensificação das articulações político-institucionais e dos esforços de coordenação abrangendo as diferentes escalas, atores e focos de atuação dos organismos de promoção e apoio.

---

9. Dois coordenadores regionais foram responsáveis pelos estudos: a professora Valdenia Apolinário, no Nordeste e Amazônia Legal, e o professor Renato Campos, no Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

10. Apolinário, V. e Da Silva, M. L. (Orgs.) *Análise de políticas para arranjos produtivos locais em estados do Nordeste e Amazônia Legal*. Natal: Editora da UFRN, 2010.

Campos, R.; Vargas, M.; Stallivieri, F. e Matos, M. (Orgs.) *Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

11. Ver Projeto Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil. Disponível em: <www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 4 nov. 2014.

O estudo mostrou, ainda, que os APLs selecionados para apoio são cada mais diversificados, em termos de atividades produtivas. Além disso, observou-se uma série relativamente ampla de ações implementadas. Conforme proposto por Apolinário e Silva (2010), os critérios de seleção de APLs para apoio podem ser resumidos em quatro grupos relacionados à:

- capacidade e possibilidades de operação dos organismos. Os casos priorizados são aqueles que respondem mais facilmente à oferta de produtos ou nos quais o apoio já se dava usando outros rótulos, como polos, distritos, cadeias, *clusters* etc.;
- forma e grau de desenvolvimento do APL. Neste caso, a seleção orienta-se pelo número e maturidade de instituições participantes, pela presença de representação capaz de mobilizar e coordenar a ação coletiva – uma "governança local", ou pela existência e qualidade dos vínculos entre as empresas e os demais atores;
- relevância e repercussão socioeconômica da atividade-chave do APL, por exemplo, impacto no PIB, nas exportações e no nível de emprego; e
- capacidade de gerar novas oportunidades para o desenvolvimento social e econômico e para a inovação.

A análise realizada evidenciou que, apesar dos avanços, as ações praticadas são, em grande maioria, baseadas em modelos de apoio ainda pontuais e que têm em seu cerne apenas a oferta dos instrumentos tradicionalmente utilizados pelos organismos, sem que haja um desenho articulado de suas estratégias, voltado para as necessidades e oportunidades do local e para o desenvolvimento sistêmico. Reforça-se que as políticas orientadas apenas para o investimento *no APL* diferem em muito das que visam seu desenvolvimento, ou *pró-APL*. Ainda persistem práticas de apoio às empresas que não privilegiam a visão sistêmica para o seu desenvolvimento sustentável e, muitas vezes, desconsideram os impactos da sua implementação.

Do mesmo modo, mostra-se necessária a superação de modelos de política padronizados e orientados por uma lógica administrativa, os quais conferem papel central a métodos quantitativos e apresentam tendência a estabelecer atributos e regras ideais de funcionamento de um território, APL ou empresa. A pesquisa realizada demonstrou que tais modelos podem vir a ser inócuos ou até prejudiciais. Uma conclusão principal é que conceitos restritos, modelos únicos, taxonomias e metodologias descontextualizadas e mapeamentos baseados em indicadores econômicos convencionais não captam a realidade do país e consideram apenas partes dos sistemas de produção e inovação.

4 CONCLUSÃO: POR UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS PARA APLS

Uma importante conclusão do estudo financiado pelo BNDES foi a identificação de convergência entre as matrizes teóricas e conceituais utilizadas por diferentes autores. De um lado, as teorias e modelos de desenvolvimento regional e territorial passaram a incorporar a visão sistêmica e a evolução das capacitações produtivas e inovativas. De outro, os enfoques nas dinâmicas setoriais e de aglomerações, cadeias, complexos e sistemas produtivos, além de incorporarem e avançarem a visão sistêmica, passaram a ter interlocução, ser qualificadas e dar prioridade ao desenvolvimento do território. Irrigados por esta fertilização cruzada de enfoques e conhecimentos acumulados, os alvos fundamentais da nova geração de políticas para o desenvolvimento produtivo e inovativo sustentável podem ser resumidos em cinco orientações estratégicas (Lastres *et al.*, 2012 e 2014).

Em primeiro lugar, deve-se superar a falta de capacidade de planejamento e de coordenação que fragmenta e desorienta os formuladores de políticas e, ao mesmo tempo,

manter flexibilidade e capacidade de adaptação. Em segundo, recolocar o planejamento no centro das decisões, conferindo importância aos diagnósticos e processos inclusivos e participativos. Em terceiro, incorporar a visão sistêmica no plano micro e articular esta dimensão com a meso e a macro e mobilizar sinergias, de forma a criar e enraizar capacitações produtivas e inovativas. Em quarto, desenvolver mecanismos efetivos e adequados de informação, mobilização e apoio às MPEs, assim como critérios adequados para avaliação de propostas, garantias e avaliação de políticas e desempenho. Finalmente, em quinto lugar, coloca-se a necessidade de contextualizar objetivos e modelos de políticas e incorporar, de fato, o compromisso com o desenvolvimento sustentável econômica, regional, social e ambientalmente. No caso brasileiro, isso implica em priorizar a redução dos desequilíbrios sociais e regionais, adequando políticas e instrumentos de forma a incorporar, de modo efetivo, atores, regiões e atividades que são, em geral, invisíveis e excluídos das agendas de pesquisa e de política.

A mobilização das oportunidades para o desenvolvimento e o uso de conceitos, indicadores e modelos próprios, sistêmicos e adequados é, portanto, chave na nova geração de políticas, sendo imperativo que esses modelos: reconheçam, permitam e promovam o acolhimento de demandas dos diferentes territórios em toda sua diversidade; visem o apoio ao conjunto dos atores e à interação e cooperação em projetos coletivos e interdependentes; tenham em seu centro o objetivo de mobilizar a capacidade de adquirir e usar conhecimentos, inovações e práticas avançadas e sustentáveis de produção de bens e serviços; visem o desenvolvimento enraizado, inclusivo, coeso e sustentável; articulem as dimensões territorial, econômica, social, cultural, ambiental e político-institucional; e integrem as prioridades do desenvolvimento nacional, regional, estadual e local em uma perspectiva de longo prazo.

Outra significativa recomendação da pesquisa é que as novas políticas precisam estar embasadas em uma série de aspectos quanto ao seu foco e forma de seleção e apoio. O primeiro elemento relevante para a nova geração de políticas é a ênfase na mobilização das capacitações produtivas e inovativas locais e na geração e assimilação de conhecimentos. O foco deve estar na promoção e enraizamento de potencialidades e na valorização das oportunidades econômicas, sociais, culturais, ambientais e de inovação específicas a cada local e seus respectivos países. Adiciona-se o objetivo de implementar ações que escapem da usual armadilha de só apoiar estruturas intermediárias de governança e representação sem conseguir, de fato, financiar as atividades que levam à inclusão e à sustentabilidade.

O segundo elemento relaciona-se ao escopo e conteúdo das políticas desta nova geração. Destaca-se o objetivo de estimular ações coletivas e sistêmicas, que gerem sinergias e resultem no desenvolvimento sustentável dos diferentes arranjos e suas empresas, assim como dos territórios que os abrigam. Aponta-se a urgência de implementar novas formas de apoio, inclusive com a criação de mecanismos e instrumentos que estimulem a interação entre os atores dos APLs e entre diferentes APLs.

O terceiro elemento refere-se à lógica de escolha de APLs para o apoio e à necessidade de utilizar modelos capazes de mobilizar propostas e processos locais, com base no potencial de seus diferentes arranjos produtivos. Diferentemente da escolha, *a priori,* de APLs, a nova forma de seleção deve ser baseada em: *i)* abordagens que não se restrinjam, de antemão, a casos mais desenvolvidos e visíveis, concentrados espacialmente, em termos de atividade e público-alvo; e *ii)* critérios claros, que levem em consideração outras prioridades estratégicas dos programas de desenvolvimento.

Nesse sentido, enfatizam-se duas linhas correlacionadas de oportunidades a serem aproveitadas pela segunda geração de políticas para APLS. A primeira, buscando fortalecer e enraizar capacitações produtivas e inovativas já existentes, por meio do desenvolvimento de serviços e bens de alta qualidade e valor agregado produzidos local, regional e nacionalmente de forma competitiva e sustentável. A segunda, visando apoiar APLs dos serviços públicos essenciais – alimentação, educação e saúde pública, habitação popular, cultura e bem-estar socioambiental – e APLs para inclusão produtiva e geração de emprego e renda. Nesta última direção é que Cassiolato e Matos (2012) destacam o objetivo de contribuir para o aprimoramento das políticas para APLs, atendendo às orientações estratégicas para erradicação da pobreza e mobilização do desenvolvimento socioeconômico.

4.1 Desvendando oportunidades para o desenvolvimento

É especialmente importante romper a armadilha de dissociar as dimensões econômica, política e social do desenvolvimento. Nesse sentido, é necessário reconhecer e trabalhar proativamente as convergências entre os dois principais planos de governo desta segunda década do século XXI, o PBM e o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). As políticas voltadas ao desenvolvimento produtivo e inovativo precisam, ainda, desvendar as oportunidades que podem ser mobilizadas, com especial atenção à ampla gama de atividades que contribuem para o desenvolvimento social.

Enfrentar o desafio de eliminar a fome e a pobreza extrema e universalizar serviços públicos básicos à vida, como educação, saúde e espaços urbanos sustentáveis, também possibilitam descortinar alternativas de desenvolvimento industrial e inovativo. Daí a relevância de entender o papel de tais serviços, não só na melhoria das condições e da qualidade de vida, mas também em seu potencial dinamizador de sistemas inteiros de produção, inovação e consumo. Salienta-se, ainda, a contribuição desses serviços para os esforços de redução das desigualdades regionais, já que sua implantação nas regiões pouco contempladas por políticas pode contribuir para o adensamento de atividades produtivas e geração de emprego e renda, com adequado aproveitamento de recursos, capacitações e especificidades destas.

Sublinha-se a importância da adoção de enfoques que não restrinjam, de antemão, as oportunidades. Há reconhecidas razões para que as políticas de apoio à inovação focalizem as infraestruturas e atividades desempenhadas por grupos líderes empresariais. Contudo, tais políticas precisam, ainda, desvendar as oportunidades, que podem ser mobilizadas ao serem apoiadas as atividades que contribuem para o desenvolvimento social. Exemplo já mencionado é o apoio aos serviços públicos essenciais, como os de saúde e educação, que mobilizam vastas cadeias de fornecedores e distribuidores de bens e serviços e envolvem desde grandes corporações até significativos contingentes de micro e pequenas empresas, formais e informais. Daí a relevância de entender o papel de tais serviços e suas infraestruturas, não só na melhoria das condições e qualidade de vida, mas também em seu potencial dinamizador de sistemas inteiros de produção, inovação e consumo. Salienta-se, ainda, a contribuição desses serviços para os esforços de redução das desigualdades regionais, já que sua implantação nas regiões pouco contempladas por políticas pode contribuir, de forma expressiva, para o adensamento de atividades produtivas e geração de emprego e renda.

Autores como Arocena e Sutz (2003) têm enfaticamente chamado a atenção para o imperativo de contextualizar as políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) nos países do Sul, correlacionando-as com os recursos, as capacitações e as especificidades destes países. Destacam particularmente o objetivo de gerar soluções que ajudem a

resolver os graves problemas de desigualdades que marcam a grande maioria dos países menos desenvolvidos, em vez de permitir que tais políticas contribuam para reforçá-las. Lembram, ainda, que, desde o início do milênio, as agências internacionais vêm sinalizando a necessidade de incorporar o desenvolvimento e a inclusão social nas agendas mundiais de C,T&I de forma explícita. "*The first step is for countries to recognize that public health, food and nutrition, energy, communications and the environment are public policy issues deserving serious attention through technology policy*"[12] (UNDP, 2001, p.114-115).

É ainda relativamente pouco estudado o potencial empregador, produtivo e inovativo dos serviços públicos essenciais. A dimensão sistêmica destes serviços precisa ser analisada para a compreensão de sua importância econômica e inovativa, reforçando a sua incorporação na agenda de políticas. Análises focalizando estes serviços, como vetores de desenvolvimento não só social, mas também econômico e regional, já abordaram os casos da saúde e da educação, agregando conhecimento sobre possíveis formas de fomento a esses sistemas e seus respectivos APLs.

No caso da saúde, essa análise revela uma vasta gama de bens e serviços acionados por seu sistema, envolvendo a produção, e constante inovação, em equipamentos, materiais, próteses, implantes, fármacos, fitoterápicos, serviços de TI, exames e testes laboratoriais etc. Salienta-se, de um lado, o poder de alavancagem de subsistemas subordinados. A rede de atendimento hospitalar e laboratorial é um exemplo com sua significativa demanda por bens e serviços, cuja produção possui alta capacidade de dinamização e geração de emprego e pode, inclusive, ser estimulada de forma desconcentrada, seguindo a desejável capilaridade do fornecimento dos serviços de saúde, a começar pelas formas de acesso presencial e não presencial a estes serviços. De outro lado, nota-se o alto grau e nível de complexidade das exigências associadas à produção e ao fornecimento dos diversos bens e serviços do sistema de saúde.

De forma similar, o sistema de educação envolve inúmeras atividades – transporte, merenda, uniformes, mobiliário, materiais, sistemas e tecnologias da informação e comunicação didáticos – que direta e indiretamente mobilizam uma ampla gama de possibilidades de emprego, produção e inovação. A compra de merenda escolar por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para comercialização de produtos da agricultura familiar, por exemplo, traz benefícios em duas direções: *i)* gera renda para as famílias de produtores rurais; e *ii)* garante alimentação saudável para as crianças da rede pública de ensino. Como no caso da saúde, este é também exemplo emblemático da necessidade de atuar de forma sistêmica e nas escalas nacional, macrorregional e sub-regional.

A incorporação dessas orientações nas políticas para o desenvolvimento contribuirá para instrumentalizar, dar musculatura e aprofundar o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais. Uma mais ampla articulação com os objetivos prioritários da estratégia de desenvolvimento brasileiro – como o PBM, o PBSM e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além das políticas específicas das áreas de saúde, educação, habitação e cultura etc. – pode contribuir para o próprio fortalecimento da política de inovação. Pode, também, revelar importantes oportunidades para a geração, o uso e a difusão de conhecimentos, assim como a mobilização e o fortalecimento de arranjos produtivos e inovativos espalhados pelo país inteiro. Nota-se que a dinâmica específica do

12. "O primeiro passo para os países é reconhecer que saúde pública, alimentação e nutrição, energia, comunicações e meio ambiente são questões de política pública que merecem atenção séria através da política tecnológica." (tradução dos autores).

segmento dos serviços públicos essenciais permite e exige a disseminação intensa das inovações bem-sucedidas, ao contrário de outros casos, em que vigora a lógica concorrencial e de apropriação privada e uso restrito e protegido dos conhecimentos e inovações.

Não por acaso o lançamento, em fevereiro de 2011, dos livros resumindo as conclusões do estudo mencionado acima, patrocinado pelo BNDES, realizou-se juntamente com uma oficina com parceiros estratégicos para discussão das novas políticas para o desenvolvimento inclusivo e sustentável realizadas com secretários e representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), MDIC, Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), MI, MCT, Ministério da Educação (MEC), Ministério dos Transportes (MT), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Sebrae. Nesta foram exemplificadas iniciativas já existentes e potenciais de apoio a arranjos produtivos e inovativos para inclusão produtiva e aumento da provisão e da qualidade de alimentos, saúde, educação, habitação (com saneamento e acesso à água e energia), tratamento de resíduos sólidos, cultura e outros serviços públicos essenciais priorizados no PBSM.

Conforme apontado por Luciano Coutinho, presidente do BNDES:

> Enfrentar o desafio de eliminar a fome e a pobreza extrema e universalizar serviços públicos básicos à vida passa a ser visto, também, como uma oportunidade de descortinar alternativas de inovação e desenvolvimento industrial, necessário à criação de um mercado interno robusto e duradouro.... As principais lições da crise evidenciam que preocupações, antes tidas como exclusivamente sociais, regionais ou ambientais e por isso descoladas dos objetivos do crescimento econômico estão, na verdade, no centro de políticas públicas e privadas. Destinadas não apenas ao aumento da renda, mas ao desenvolvimento mais abrangente, apropriado e sustentável. (Coutinho, 2012, p. 13).

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, V.; DA SILVA, M. L. (Orgs.). **Análise de políticas para arranjos produtivos locais em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: Editora da UFRN, 2010.

AROCENA, R.; SUTZ, J. Knowledge, innovation and learning: systems and policies in the North and in the South. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. M. L. (Eds.). **Systems of innovation and development**. Cheltenham: Elgar, 2003.

CAMPOS, R.; VARGAS, M.; STALLIVIERI, F. E MATOS, M. (Orgs.) **Políticas estaduais para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. Inovação, globalização e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.). **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: MCT/IBICT, 1999.

CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. P. Política brasileira para arranjos produtivos locais: o aprendizado acumulado e suas perspectivas. *In:* LASTRES, H. M. M. *et al.* (Org.). **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo**: sustentabilidade social e ambiental. Brasília: Editora da CNI, 2012.

COUTINHO, L. G. Preâmbulo. *In:* LASTRES, H. M. M.; PIETROBELLI, C.; CAPORALI, R.; COUTO, M. C.; MATOS, M. **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo:** sustentabilidade social e ambiental. Brasília: Editora da CNI, 2012.

_____. Novas políticas para promoção de arranjos produtivos locais e a atuação do BNDES. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. (Orgs.). Arranjos

produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento. **Experiências de Políticas**, v. 2. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

_____. Regimes macroeconômicos e estratégias de negócios: uma política industrial alternativa para o Brasil no século XXI. *In:* LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Orgs.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ, Contraponto, 2005.

ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, 31 (1), jan.-mar. 2011.

_____. Innovation and the development convention in Brazil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 3, n.1, 2004.

FREEMAN, C. **Technological infraestructure and international competitiveness**. OECD ad hoc Group on Science, Technology and Competitiveness. Paris: OCDE, 1982.

_____. **Technology policy and economic performance**: lessons from Japan. Londres: Frances Pinter, 1987.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Perspectivas da economia brasileira**. Palestras proferidas no curso treinamento em problemas de desenvolvimento econômico, ministrado no então BNDES. Rio de Janeiro, 1957.

GARCEZ, C.; KAPLAN, E.; MAGALHÃES, W.; LEMOS, C.; LASTRES, H. M. M. Análise de políticas para arranjos produtivos locais no Brasil: uma introdução. *In:* APOLINÁRIO, V.; DA SILVA, M. L. (Orgs.). **Análise de políticas para arranjos produtivos locais em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal: Editora da UFRN, 2010.

HERRERA, A. Los determinantes sociales de la política científica em América Latina. *In:* SÁBATO, J (Ed.). **El pensamento latinomericano en ciencia-tecnologia-desarrollo-dependencia.** Buenos Aires: Paidos, 1971.

LASTRES, H. M. M. *et al.* O apoio ao desenvolvimento regional: a experiência do BNDES e oportunidades para avanços. Revista do BNDES n. 42. No prelo 2014.

LASTRES, H. M. M.; LEMOS, C.; KAPLAN, E.; GARCEZ, C.; MAGALHÃES, W. O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. *In:* ALEM, A. C.; GIAMBIAGI, F. **O BNDES em um Brasil em transição**. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

LASTRES, H. M. M.; PIETROBELLI, C.; CAPORALI, R.; COUTO, M. C.; MATOS, M. **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo:** sustentabilidade social e ambiental. Brasília: Editora da CNI, 2012.

LEMOS, C. *et al.* Políticas de promoção de arranjos produtivos locais no Brasil: evolução recente e desafios atuais. *In:* LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (Orgs.). **Estratégias para o desenvolvimento**: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

LUNDVALL, B.-Å. **Product innovation and user-producer interaction**. Aalborg: Aalborg University Press, 1985.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development report**: making new technologies word for human development. New York, 2011, p. 114-115.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 20, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

_____. Science, technology and innovation policies in BRICS coutries: an introduction. *In:* CASSIOLATO, J. E.; VITORINO, V. **BRICS and development alternatives**: innovation systems and policies. London: Anthem Press, 2009.

CASSIONATO, J. E.; LASTRES, H. M.; STALLIVIERI, F. Políticas estaduais e mobilização de atores políticos em arranjos produtivos e inovativos locais. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; STALLIVIERI, F. Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento. **Experiências de Políticas**, v. 2. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.

CHESNAIS, F.; SAUVIAT, C. The financing of innovation-related investment in the contemporary global finance-dominated accumulation regime. *In:* CASSIONALATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.). **Systems of innovation and development:** evidence from Brazil. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

COUTO, M. C.; SCERRI, M.; MAHARAJH, R. Innovation systems and inequality in the BRICS: an introduction. *In:* COUTO, M. C.; SCERRI, M.; MAHARAJH, R. (Eds.). **BRICS and development challenges:** inequality and national innovation systems. New Delhi: Routledge, Forthcoming.

DUTRENIT, G.; RAMOS, C. Towards building critical mass of science, technology and innovation: the mexican experience in policy making. *In:* LASTRES, H. M. M.; PIETROBELLI, C.; CAPORALI, R.; COUTO, M. C.; MATOS, M. (Eds.). **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo:** sustentabilidade social e ambiental. Brasília: Editora da CNI, 2012.

ERBER, F. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova Economia**, v. 18, n. 1. Belo Horizonte, 2008.

FAJNZYLBER, F. Competitividad internacional: evolución y leciones. **Revista de La Cepal**, 36, 1998.

FREEMAN, C. Innovation systems: city-state, national, continental and subnacional. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Eds.) **Globalização e inovação localizada:** experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: MCT/IBICT, 1999.

_____. A hard landing for the "new economy"? Information technology and the United States national system of innovation. *In:* CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. (Eds.). **Systems of innovation and development**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2003.

GUIMARÃES, V.; PEIXOTO, F.; CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Convergências e complementaridades da corrente neoshumpeteriana com o pensamento estruturalista de Celso Furtado. *In:* SABOIA, J.; CADIM, F. (Orgs.). **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Manole, 2006.

KATZ, J. O novo modelo econômico latino-americano: aspectos de eficiência e equidade que colocam em questão a sua sustentabilidade. *In:* LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Eds.). **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Editora UFRJ/Contraponto, 2005.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MATOS, M. Desafios do uso do enfoque em arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais no Brasil. *In:* LASTRES, H. M. M.;

CASSIOLATO, J. E. (Orgs.). **Estratégias para o desenvolvimento**: um enfoque sobre arranjos produtivos locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006.

LEMOS, C.; KAPLAN, E.; GARCEZ, C.; MAGALHAES, W. O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. *In:* ALEM, A. C.; GIAMBIANI, F. **O BNDES em um Brasil em transição.** Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

LEMOS, C.; PIETROBELLI, C.; CAPORALI, R.; COUTO, M. C.; MATOS, M. **A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo:** sustentabilidade social e ambiental. Brasília: Editora da CNI, 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensando único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2011.